

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

53. LEMBRANÇA DE MONTEIRO SALES

Doloroso dever se impõe quem escreve regularmente em jornal: o de evocar os que se foram, especialmente quando ao articulista os ligam laços afetivos ou culturais, num registro sentido e saudoso e — mais ainda — na constatação dos vazios incomensuráveis que abrem nas comunidades a que estão vinculados. Lamentável, entretanto, que nos últimos tempos tais evocações tenham ocorrido com mais freqüência. Mal havia terminado de redigir a nota registrando trágico desaparecimento de Luís Martins na Sexta-feira Santa, eis que fui abalado — e comigo todos os que o conheceram — com a notícia da morte de um dos mais autênticos valores humanos que hei conhecido: Francisco José Monteiro Sales, médico e escritor, figura preeminente na comunidade campineira, à qual serviu por meio século, e cujo desaparecimento, também em condições inesperadas, abriu um daqueles vazios incomensuráveis a que me referi.

Foi em pleno velório de Luís Martins, na Academia Paulista de Letras, que vim a saber do que acontecera a Monteiro Sales. E quem me deu a notícia, sabendo que iria me demorar mais uns dois ou três dias em São Paulo, disse-me que talvez não mais o encontrasse com vida. E foi efetivamente o que aconteceu. Estranhei — e comigo estranharam todos — o silêncio da imprensa campineira em face do desaparecimento do grande médico. Tanto mais chocante quando, dias depois, todos os meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão) deram ampla cobertura, como se fosse acontecimento nacional, ao fortalecimento de uma figura popular quase folclórica da cidade. Talvez o fato de ter falecido numa segunda-feira ensanduichada entre a Páscoa e o Tiradentes, dia que muita gente aproveitou para uma esticada dos feriados, tenha contribuído para a “conspiração do silêncio” que se fez em torno de sua morte.

Em Monteiro Sales não apreciava apenas o médico, humanitário como poucos, embora às vezes parecendo seco e até rude, mas escondendo uma infinita bondade e sabendo infundir confiança inabalável em seus clientes. Nele via igualmente o escritor e acadêmico, um dos esteios de nossa Campinense. No tempo em que exerci a presidência da Academia, ocorreu o centenário do falecimento do grande botânico Correia de Melo, efeméride a que a entidade não podia ficar indiferente. Ninguém mais que

Monteiro Sales me pareceu indicado para evocá-lo. Não só aceitou prazerosamente o meu convite, como reviu e ampliou a conferência então proferida, transformando-a em excelente livro. E no prefácio, teve a gentileza de lembrar quanto meu convite o estimulara a retornar às pesquisas históricas.

Monteiro Sales costumava dizer que tinha dois patronos. Um celestial: São Francisco de Assis; outro terreno: o Dr. Tomás Alves. Seu consultório era pleno de recordações do grande médico tão ligado à vida de Campinas e que deixou fama de extraordinária benemerência. Monteiro Sales não só o escolheu para patrono na Academia Campinense, como publicou um livro em que reúne muitos dos seus escritos. Da mesma forma, era viva em seu consultório a evocação do “poverello” de Assis.

Se o homem se foi, ficou a sua imagem, a sua lembrança. Esta, jamais Campinas poderá esquecer, pois reflete um dos mais autênticos valores humanos e culturais da cidade que adotou como sua e na qual viveu mais de meio século (15/5/1981.)

*

54. PRIMEIRO DE MAIO

Há quase cem anos, a 1º de maio de 1886, em Chicago, numa greve que resultou em conflito com a polícia, morreram alguns operários que nada mais faziam a não ser lutar por melhores condições de vida nas fábricas em que trabalhavam, entre as quais o regime de oito horas de trabalho. O fato teve enorme repercussão. Três anos depois, socialistas reunidos em Paris para a fundação da Segunda Internacional, aprovaram a resolução de consagrar o dia Primeiro de Maio de todos os anos como o Dia dos Trabalhadores ou do Trabalho. A iniciativa se propagou lentamente, a princípio encontrando resistência das autoridades que perseguiram policialmente os manifestantes, mas acabou-se consolidando, tornando-se praticamente, uma data universal.

No Brasil, a primeira tentativa de celebrar o Primeiro de Maio data do ano de 1893. Encontrou violenta repressão do Governo, mas já a partir de 1895 passou a ser celebrada sem problemas. Edgard Carone, em seu precioso documentário sobre o movimento operário no Brasil (São Paulo, Difel, 1979), transcreve alguns textos muito expressivos sobre as manifestações do Primeiro de Maio no início do século, que mostram não só uma conscientização em torno da reivindicações trabalhistas, mas também a utilização da data para uma revolta contra a “burguesia rústica e ignóbil, que tem praticado todas as misérias na sociedade atual”, como escrevia um manifesto publicado em “A Voz do Trabalhador”, de 1º de maio de 1909.

O tom do manifesto não deixava dúvida: “O 1º de maio lembra-nos uma das reivindicações proletárias que no Rio de Janeiro ainda não tivemos a coragem de conquistar; lembra-nos também um dos mais horrendos crimes praticados pela burguesia contra a classe operária”. E adiante: “Todos que trabalham devem considerar esta data a maior que o ano possui, porque ela não só lembra o sangue das vítimas de Chicago, como representa a consagração do trabalho, que honra aqueles que dele vivem”.

Mesmo sem o caráter de feriado nacional (este atributo só lhe foi conferido muitos anos depois), o 1º de Maio foi sempre comemorado pelos trabalhadores de nosso País. Desfiles, comícios, reuniões em suas sociedades, oportunidades para reivindicações, festas esportivas da mais variada espécie assinalavam o dia, tanto mais sensíveis nas cidades que, pelas suas funções industriais, concentravam maior número de operários. Por outro lado, numerosos jornais de trabalhadores tinham como título **Primeiro de Maio**, data que também era utilizada para designar muitas associações operárias.

Com a Revolução de 1930 e a conseqüente política social de Getúlio Vargas, houve uma valorização do Primeiro de Maio, que acabou-se tornando feriado nacional. E mais ainda durante o pouco saudoso Estado Novo. Quem, tendo vivido a época, não se lembra das grandes concentrações de “trabalhadores do Brasil”, aliciadas pelo Ministério do Trabalho para o Estádio do Vasco da Gama (o Maracanã ainda não existia), quando o “Pai dos Pobres” deitava falação anunciando as medidas que estivessem no seu programa de aproximação das massas, como grande “populista” que sempre soube ser ? A própria instituição do salário mínimo foi anunciada num desses comícios de 1º de maio (1940). (1/5/81.)

*

55. PAULISTA DE QUATROCENTOS ANOS

Em sua apreciadíssima seção “Contraponto”, da “Folha de São Paulo” do dia 11 do corrente, o Sr. Sebastião Nery, incansável rebuscador do que ele denomina “folclore político brasileiro”, referiu-se a incidente ocorrido na sessão de instalação da Assembléia Constituinte de 1933 (dia 15 de novembro), a segunda da República e primeira após a Revolução de 1930. Para as eleições a essa Assembléia, São Paulo conseguiu reunir suas maiores forças políticas, antes dispersas pelo Partido Republicano Paulista e pelo Partido Democrático, no que se denominou “Chapa Única Por São Paulo Unido”, que conseguiu eleger praticamente toda a bancada paulista, com exceção de uns poucos elementos que preferiram terçar armas por outras agremiações. Narra o Sr. Sebastião Nery que, discursando em nome da bancada paulista, de que era líder, na própria sessão

de instalação da Assembléia, Alcântara Machado proferiu entusiástico discurso, empregando pela primeira vez a expressão “Paulista sou há quatrocentos anos”, que desde então se tornou tão famosa. Com essa frase, queria o grande jurista referir-se ao fato de descender de um dos companheiros de Martim Afonso de Sousa, chegado a São Vicente em 1532. Oswaldo Aranha, gaúcho, mas de tradicional família paulista, teria retrucado ao orador, afirmando que ele descendia de troncos ainda mais antigos. A sessão transformou-se em tumulto, obrigando a presidência a suspender os trabalhos. E remata o Sr. Sebastião Nery afirmando: “E foi assim que nasceu a expressão paulista de 400 anos”.

Há, aqui, evidente engano do brilhante jornalista. A frase famosa, Alcântara Machado empregou-a pela primeira vez em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, no dia 20 de maio daquele mesmo ano de 1933, portanto seis meses antes da sessão da Assembléia Constituinte, a que se refere o cronista. Foi nessa data, pois, que nasceu a expressão “Paulista de 400 anos”. Pode ser que Alcântara Machado, se realmente discursou na sessão de instalação da Assembléia Constituinte (o que parece pouco provável) tenha empregado novamente a frase. Não estou negando nem duvidando. Apenas quero lembrar que a prioridade dela cabe ao discurso de posse na Academia Brasileira, seis meses antes.

Aliás, convém recordar o contexto em que ela se insere, no discurso que é uma das mais belas páginas da oratória brasileira: “Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de pôr em dúvida o meu brasileirismo. Paulista sou, há quatrocentos anos. Prendem-se ao chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembleias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo em que dormem para sempre os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la aos despedir-me do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso”.

O contexto em nada autoriza a deformação que freqüentemente se faz da bela frase, como ocorreu, por exemplo, com o Sr. R. Magalhães Júnior, na primeira edição de seu precioso **Dicionário de Provérbios**, no qual deu a ela sentido completamente diferente do que na realidade possui. (29/5/1981.)

*

56. SIGNIFICATIVO PROCESSO DE CAPTURA

Quem analisa a evolução ferroviária paulista tem logo sua atenção voltada para um fato altamente significativo. Penetrando em terras

de Minas Gerais, de Mato Grosso e do norte do Paraná (e ainda por conexão em Goiás) as ferrovias de São Paulo através de suas linhas tronco ou de seus inúmeros ramais (caso da Mojiana, por exemplo), realizaram um processo de captura, atraindo para a economia paulista extensas regiões daqueles Estados. E antes que surgisse a era rodoviária, quando o trem era, por assim dizer, o único meio de transporte, as regiões servidas pelas ferrovias paulistas ou com elas conectadas, ligavam-se muito mais facilmente a São Paulo do que às capitais dos seus Estados.

Campinas foi uma cidade profundamente beneficiada por esse processo de captura, que procurei estudar no livro **Café e Ferrovias**, publicado há quase dez anos. O mais importante papel nessa captura foi desempenhado pela Mojiana, ferrovia fundada em Campinas e que nesta cidade teve sempre seu ponto inicial. Sua linha tronco estendia-se até Araguari, servindo às duas mais importantes cidades do Triângulo Mineiro, Uberaba e Uberlândia. Só em época relativamente recente tiveram estas cidades ligação direta com Belo Horizonte, enquanto que todos os seus liames eram com São Paulo ou, mais precisamente, com Campinas. E como se não bastasse, pelo menos meia dúzia de ramais deitava a Mojiana ao longo de sua linha tronco, chegando até o território mineiro e ali fazendo conexão com a antiga Rede Sul Mineira. Ou então tendo em terras mineiras seu ponto terminal, como acontecia com Poços de Caldas.

Antes da era do automóvel era difícil encontrar veranista mineiro em Poços de Caldas. Os que apareciam eram olhados com curiosidade. De fato, não era fácil a alguém de Belo Horizonte alcançar a bela estância. Tinha que se sujeitar a pelo menos dois dias de viagem e não sei quantas baldeações, tornando a viagem incômoda e cara. Resultado: preferiam os mineiros as estâncias do sul de Minas, Lambari, Caxambu, Cambuquira e São Lourenço, o mesmo, aliás, acontecendo com os cariocas. Com o advento da era rodoviária tudo isto se modificou e hoje existem estradas excelentes pondo em comunicação com a capital mineira extensas regiões antes vinculadas apenas a São Paulo.

Mas este processo de captura tem outras conotações, como se verá em próxima nota. (5/6/81.)

*

57. DEVOLUÇÃO A SÃO PAULO

O processo de captura para a economia paulista de extensas regiões mineiras, goianas, mato-grossenses e paranaenses, a que me referi em nota anterior, e que foi determinado pela penetração das ferrovias de São Paulo em terras dos estados vizinhos, teve também importantes conseqüências de ordem social e cultural, seja pela penetração dos jornais paulistas, seja pela atração que os colégios de São Paulo e de Campinas sempre exer-

ceram, numa época em que a rede escolar não era tão difundida e quando poucas eram as cidades que possuíam estabelecimentos de ensino de bom nível. Os colégios campineiros (o Liceu, os antigos Diocesano e Ateneu, e, para moças, o Sagrado Coração de Jesus) eram procuradíssimos pelas famílias mineiras que achavam mais interessante ter seus filhos estudando em Campinas que na própria Capital. E considere-se, ainda, a atração de Campinas como centro médico e hospitalar, procuradíssimo também por pessoas não só dos estados vizinhos, mas até de outros mais distantes. Aqui, igualmente, houve sensível mudança. Hoje dificilmente alguém manda filho estudar em outra cidade, a não ser, é claro, para os estudos universitários.

Poderia acrescentar, ainda, que a captura ferroviária paulista em território mineiro alcançou expressão política, como ocorreu com um curioso movimento desencadeado em 1960 visando à incorporação a São Paulo de nada menos que 55 municípios mineiros ! Este movimento foi recentemente estudado pelo Professor Ersio Lensi em monografia de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. O autor valeu-se principalmente da imprensa, que foi, aliás, a grande agitadora do movimento, em especial o jornal "Folha do Povo", de São Sebastião do Paraíso, que se tornou o centro da ação. As razões invocadas não eram apenas as de ordem econômica e social (a dependência quase exclusiva em que na época os municípios viviam de São Paulo, dada a carência de comunicações com a capital mineira, o desinteresse demonstrado pelo governo das Alterosas para com a região), mas também invocavam-se argumentos históricos, pretendendo restaurar a antiga divisa São Paulo/Minas estabelecida no século XVIII pelo rio Sapucaí. Eis por que o curioso movimento chamou-se significativamente "Devolução". Tratava-se, segundo seus próceres, de devolver a São Paulo extensa região que lhe fora tirada por laudos arbitrais considerados injustos.

Esta preocupação de devolver a São Paulo o que um dia fora seu, faz-me lembrar de Alfredo Ellis Júnior, o falecido historiador paulista, quando dizia que se tudo o que pertenceu a São Paulo tiver de lhe ser devolvido, mais da metade do Brasil deverá ser incorporada ao nosso Estado. Não nos esqueçamos de que até a primeira metade do século XVIII, a jurisdição paulista estendia-se por Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ! Naquela época começaram os cortes: Minas Gerais (1720), Goiás (1744), Mato Grosso (1748) e depois, por necessidades militares, Santa Catarina e a velha capitania de São Pedro, que é o Rio Grande do Sul de hoje. Na segunda metade do setecentismo, São Paulo ficou reduzido ao seu atual território e mais o Paraná, que este só em meados do século passado "proclamou sua independência".

A comissão examinadora que apreciou a monografia do Professor Ersio Lensi, impressionada com a significação e sobretudo a originalidade

de de um movimento inda não estudado, sugeriu que a pesquisa fosse ampliada, com o estudo de outras fontes que não apenas a imprensa local, o que, se for feito — e espera-se que o seja — poderá lançar novas luzes e permitir uma apreciação, sob outros aspectos, desse curioso movimento de “devolução a São Paulo”, movimento certamente único em nossa história. (12/6/1981.)

*

58. GRANDE TRABALHO SOBRE UMA PEQUENA FERROVIA

Quando, há alguns anos, estudei a evolução da rede ferroviária paulista, correlacionando-a com a expansão da cultura cafeeira, procurei chamar a atenção para um aspecto curioso da história das estradas de ferro em São Paulo, mas que ocorre também nos outros Estados, embora em proporção menor: as pequenas ferrovias, criadas originalmente para servir a determinadas áreas cafeeiras, quase sempre partindo de um ponto qualquer do tronco principal de uma ferrovia maior. E lembrava o caso da Itatibense, da Monte Alto, da Funilense, da Morro Agudo, da Barra Bonita, do nosso Ramal Férreo Campineiro, e ainda outras que acabaram sendo incorporadas pelas estradas maiores ou simplesmente desativadas com a crise ferroviária em que o País entrou na década de 50. Lembrava aos eventuais leitores que tais ferrovias poderiam constituir temas de trabalhos universitários, se estudadas devidamente em sua função social e econômica e inseridas num contexto mais amplo da história dos transportes do Estado.

Não sei se alguém, dentre os muitos pesquisadores que trabalham em monografias de mestrado, veio a se preocupar com as pequenas ferrovias paulistas. Mas que elas merecem estudo, não resta a menor dúvida, e isto enquanto não desaparecem de vez as fontes que podem ser utilizadas. Mas vejo com satisfação que trabalho semelhante ao que sugeria para São Paulo foi realizado, de maneira por assim dizer exaustiva, por uma professora da Universidade Federal da Bahia, Cássia Maria Muniz Carletto, na alentada monografia com que fez jus ao mestrado, sobre a pequena Estrada de Ferro Nazareth. Realmente, produziu a pesquisadora baiana um grande trabalho para uma pequena ferrovia. Pequena, mas que apresenta aspectos bem significativos na história econômica daquele Estado, e com um traço em comum com as pequenas ferrovias paulistas, pois vinculada também ao café.

A ferrovia baiana escolhida para tema da pesquisa oferece uma característica que não aparece na história ferroviária paulista. Em nosso Estado, as pequenas estradas de ferro, que chegaram a ser mais de vinte, foram todas construídas a partir de determinado ponto de uma ferrovia maior, da qual se tornavam tributárias e pela qual acabaram sendo absorvidas. Ao passo que a Estrada de Ferro de Nazaré é uma ferrovia, por

assim dizer autônoma, de um tipo de que existem poucas no Brasil. E além do mais, creio que nenhuma outra pequena estrada do Brasil tenha durado tanto tempo (quase cem anos) quanto a pequena estrada baiana.

A autora soube tratar o assunto dentro de moderna metodologia (mas sem as preocupações teorizantes que muitas vezes anulam o trabalho de pesquisa), não fazendo de seu trabalho um relatório estafante, como de comum acontece nas monografias sobre estradas de ferro que tenho visto. Mais ainda. Há na monografia da autora baiana excelente amostra do que chamaria o sentido polibiano da História. Para o grande historiador da Antigüidade, uma das condições essenciais para se escrever boa história era o conhecimento direto das regiões onde se desenrolaram os fatos estudados. A autora é natural da área servida pela ferrovia e sua decisão de estudá-la decorreu, segundo afirma, de sua ligação com a história dessa estrada, presenciando as dificuldades que ela enfrentou nos últimos anos de sua existência. Dessa "vivência" resultou a série de indagações que se propôs a responder e que constituem o ponto central de sua monografia.

*